



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639869 - TO (2021/0011269-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : DIEGO CARVALHO DE ALMEIDA (PRESO)
PACIENTE : PABLO ALEXANDRE RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO CARVALHO DE ALMEIDA e PABLO ALEXANDRE RODRIGUES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (HC n. 0014968-61.2020.8.27.2700/TO).

Os pacientes foram presos preventivamente pelo cometimento, em tese, do crime tipificado nos artigos 33, *caput*, e 35, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que "*os Pacientes estão submetidos a constrangimento ilegal, o qual se materializa pela falta de fundamentação em elementos concretos do inquérito que justifique as prisões*" (e-STJ fl. 7).

Requer, liminarmente, que os pacientes aguardem o deslinde do processo em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para cassar, de forma definitiva, a decisão que decretou a prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, tendo em vista os fundamentos do acórdão impugnado que consignaram a quantidade e variedade de droga apreendida, cuja ementa transcrevo (e-STJ fls. 14-15, sem grifos no original):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA AOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 312 DO CPP. INOCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO

EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1 – As decisões proferidas pelo Juízo da 1ª Escrivania Criminal da Comarca de Almas/TO estão devidamente fundamentadas, demonstrando a necessidade de garantia da ordem pública e a aplicação de lei penal, mormente considerando que o crime de tráfico de drogas, em tese praticado pelos acusados, é de extrema gravidade. Vale mencionar que no momento da prisão foram apreendidas mais de 20 porções de maconha e 15 porções de cocaína. Com efeito, as decisões estão revestidas por elementos que lhes conferem validade. Portanto, não há constrangimento ilegal a ser reparado.

2 – Verifica-se a presença dos pressupostos da prisão preventiva, ou seja, há prova da materialidade e indícios de autoria delitiva. Ademais, os delitos pelos quais os pacientes estão sendo investigados – tráfico de drogas e associação para o tráfico – possuem pena máxima superior a 4 anos, encontrando-se preenchido o requisito do artigo 313, I, do CPP.

3 – O crime de tráfico de drogas é a mola propulsora dos demais delitos, e vem crescendo assustadoramente nos últimos tempos, exigindo do Poder Judiciário uma posição mais enérgica em relação ao impedimento da perpetuidade deste delito, que desgraça milhares de famílias, pois estimula o vício e degrada os usuários de forma cada vez mais brutal. Com efeito, resta ao Poder Judiciário responder satisfatoriamente à sociedade, sendo imprescindível, por vezes, a constrição da liberdade do indivíduo em prol da garantia da ordem pública. Entre o interesse individual e o público deve prevalecer o interesse público.

4 – Presentes os requisitos autorizadores da manutenção da medida excepcional e suficientemente fundamentada a decisão combatida, não se vislumbra, na hipótese, a possibilidade de concessão de liberdade aos pacientes.

5 – No caso em tela, as medidas cautelares diversas da prisão não se mostram adequadas e suficientes para a efetividade do processo, mormente por se encontrarem presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, sendo de rigor, portanto, a manutenção da custódia cautelar dos acusados.

6 – Constrangimento ilegal não evidenciado.

7 – Ordem denegada.

Por fim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência